



SigRECUPERAÇÃO

HISTÓRIA • 9º Ano • Ensino Fundamental

ROTEIRO DE ESTUDO (ORIENTAÇÃO PARA ESTUDO)

ATENÇÃO! O presente roteiro não elimina a necessidade de uma leitura atenta e cuidadosa dos conteúdos do Livro Texto. Trata-se apenas de um documento complementar e auxiliar para os estudos.

CAPÍTULO 4 – BRASIL: A CONSTRUÇÃO DA REPÚBLICA

- Havia divergências entre os republicanos (não era um grupo coeso).
- Revoltas civis e militares indicavam o descontentamento de parte da população com o novo regime, que não beneficiava a todos.
- Grandes proprietários rurais, militares e segmentos da população urbana disputaram a primazia do poder na República.
 - Grandes proprietários – federalistas, desejavam mais autonomia para as províncias.
 - Militares – defendiam o centralismo político, mantenedor da ordem e do progresso (influência do positivismo).
 - Grupos urbanos – inspirados no jacobinismo, implantado na França em 1793; defendiam reformas mais profundas.

- A República entre a proclamação e a Revolução de 1930.
 - República da Espada (1889-1894)
 - Governo Provisório (1889-1891)
 - Governo eleito de Deodoro (1891)
 - Governo Floriano Peixoto (1891-1894)

**Aprofunde
isso: página 69**

- Governo Provisório (1889 -1891).
 - Divergências entre ministros.
 - Política econômica de Rui Barbosa (**Q Encilhamento**); objetivava ampliar oferta de crédito aos industriais brasileiros; consequências: inflação e endividamento.
- A Constituição de 1891. Características
 - Adoção da República e criação dos Estados Unidos do Brasil.
 - Divisão do poder em três: Legislativo, Executivo e Judiciário.
 - Adoção do voto universal masculino para maiores de 21 anos, exceto mulheres, frades, mendigos, analfabetos e soldados (devido a essas restrições, o número de votantes não alterou quase nada).
- Eleição e renúncia de Deodoro (1891).
 - Deodoro venceu a primeira eleição (indireta) da República; para vice, foi eleito Floriano Peixoto.
 - O governo eleito de Deodoro foi marcado pelo fracasso da política econômica do Encilhamento e pelo autoritarismo das decisões de Deodoro; quando o Congresso aprovou um projeto

limitando seus poderes, Deodoro mandou fechar militares, principalmente da Marinha, Deodoro renunciou.

- Governo Floriano Peixoto (1891-1894)
 - Conhecido como “Consolidador da República”.
 - A ascensão de Floriano foi considerada um retorno à legalidade. As Forças Armadas e o Partido Republicano Paulista apoiaram o novo governo. Seus primeiros atos de governo foram:
 - a anulação do decreto que dissolveu o Congresso;
 - a derrubada dos governos estaduais que haviam apoiado Deodoro;
 - o controle da especulação financeira e da especulação com gêneros alimentícios, por meio de seu tabelamento.
 - Com Floriano, os republicanos radicais assumiram o poder e tentaram, mesmo sem muitas condições, reformular as estruturas sociais e econômicas do país (a classe média e a burguesia que ocupavam o poder com o Marechal de Ferro).
 - A adoção de uma política de empréstimos, de protecionismos e melhorias sociais só teria êxito com a derrota dos grupos opositores a esta política, formados por representantes do comércio importador e das oligarquias rurais. Apesar das pressões, os florianistas conseguiram seu objetivo. Conscientes de que a indústria brasileira era muito inferior à estrangeira, e só poderia sobreviver e desenvolver-se se recebesse proteção, o grupo concedeu empréstimos e isentou a importação de máquinas, equipamentos e matérias-primas. Ainda no governo de Floriano, **foram adotadas medidas radicais contra a especulação e emissão de papel-moeda por bancos particulares.**
 - A emissão passava a ser como hoje: um privilégio do Governo Federal. Outras medidas foram tomadas para um maior alcance das camadas populares:
 - redução do aluguel das casas dos operários;
 - redução do preço da carne e do pescado;
 - melhoria no abastecimento de gêneros alimentícios (RJ);
 - leis para construção de casas para populares e operários.
 - O problema da eleição de Floriano e seus desdobramentos: havia um conflito no que diz respeito ao tempo de mandato de Floriano. De acordo com o artigo 42 da Constituição: Art. 42 – “Se, no caso de vaga, por qualquer causa, da presidência ou vice-presidência, não houverem ainda decorrido dois anos do período presidencial, proceder-se-á a nova eleição”. Como a renúncia do governo anterior de M. Deodoro

havia ocorrido ainda no primeiro ano de seu mandato legal, eram necessárias novas eleições. Todavia, Floriano não convocou nova eleição e permaneceu no poder. **Sua alegação era de que a lei só se aplicava aos presidentes eleitos diretamente pelo povo.** Ora, como a eleição do primeiro presidente fora indireta, feita pelo Congresso, Floriano simplesmente ignorou a lei. Isso gerou algumas das principais rebeliões do período: o manifesto dos treze generais. Contra as pretensões de Floriano, treze oficiais (generais e almirantes) lançaram um manifesto em abril de 1892, exigindo a imediata realização das eleições presidenciais, como mandava a Constituição. A reação de Floriano foi simples: afastou os oficiais da ativa, reformando-os. **A Revolta da Armada.** Essa inabalável firmeza de Floriano frustrou os sonhos do contra-almirante Custódio de Melo, que ambicionava a presidência. Levadas por razões de lealdade pessoal, as Forças Armadas se dividiram. Custódio de Melo liderou a Revolta da Armada estacionada na baía de Guanabara (1893). Essa rebelião foi imediatamente apoiada pelo contra-almirante Saldanha da Gama, diretor da Escola Naval, conhecido por sua posição monarquista.

A REPÚBLICA DAS OLIGARQUIAS (República Velha) (1894-1930)

Estrutura Política da República Velha

A República tornou-se possível, em grande parte, graças à **aliança entre militares e fazendeiros de café.** Esses dois grupos tinham, entretanto, dois projetos distintos em relação à forma de organização do novo regime: os primeiros eram centralistas e os segundos, federalistas. Os militares não eram suficientemente poderosos para impor o seu projeto nem contavam com aliados que pudessem lhes dar o poder de que precisavam. Os cafeicultores, ao contrário, contavam com um amplo arco de aliados potenciais e compunham, economicamente, o setor mais poderoso da sociedade.

A partir de Prudente de Moraes, que, em 1894, sucedeu o M. Floriano Peixoto, o poder passou das mãos dos militares para o poder civil, e, conseqüentemente, para as mãos desses grandes fazendeiros. Entretanto, com a ampliação da participação popular nas eleições (conforme reforma eleitoral de 1891), era necessário conceber uma nova forma de dominação ou controle dos eleitores, para garantir a vitória da elite agrícola no pleito. Foi no governo de Campos Sales (1898- 1902) que essa fórmula política duradoura de dominação foi finalmente elaborada: a “política dos governadores”.

A Política dos Governadores

Criada por Campos Sales (1898-1902), a Política dos Governadores consistia no seguinte: o presidente da República apoiava, com todos os meios ao seu alcance, os governadores estaduais e seus aliados (oligarquia estadual dominante) e, em troca, os governadores garantiriam a eleição, para o Congresso, dos candidatos oficiais do presidente. Desse modo, o poder Legislativo era constituído por deputados e senadores aliados do presidente, aprovando as leis de seu interesse. Isso afastava o choque de interesses entre o Legislativo (deputados e senadores) e o Executivo (presidente).

Em cada Estado existia, portanto, uma minoria (oligarquia) dominante, que, aliando-se ao Governo Federal, se perpetuava no poder. Existia, também, uma oligarquia que dominava o poder federal, representada pelos políticos paulistas e mineiros. Essa

aliança entre São Paulo e Minas, que eram os estados mais poderosos, ficou conhecida como “política do café com leite”. É importante lembrar que não só a população branca podia participar das eleições. A abolição tinha transformado todos os escravos negros em homens livres e, portanto, em possíveis trabalhadores, sendo necessário o reestabelecimento de novas relações entre proprietários de terras e seus empregados.

Os republicanos e o positivismo

O republicanismo brasileiro, especialmente aquele ligado ao grupo dos militares, sofreu forte influência do **Positivismo** – forma de pensamento desenvolvida no século XIX, que entendia a sociedade como um organismo formado por diversas partes, e cada parte teria a função de agir pelo bom funcionamento do todo. **Os positivistas no Brasil pensavam a formação de um Estado nacional centralizado e desvinculado da Igreja (Laico), além da conciliação entre as classes,** pois conflitos sociais traziam desordem, e isso atrapalharia o funcionamento do todo. **Sua maior influência está registrada no lema de nossa bandeira com os dizeres: “Ordem e Progresso”.**

Os partidos políticos tiveram pouca expressão durante toda a República Velha, sem grandes posições ideológicas que defendessem determinados projetos de desenvolvimento do país. A Constituição de 1891 tinha dado grande poder às elites locais (Os Coronéis), que aproveitaram para engrandecer as elites agrícolas e os estados mais ricos da federação.

A República Velha tem como característica a política feita de cima para baixo, com pouca participação popular, em que os membros da elite eram os responsáveis “por decidir” quem seria eleito, obrigando a população a votar nesses candidatos.

Coronelismo, Voto de Cabresto e Comissão Verificadora

As peças para o funcionamento dessa máquina eleitoral conhecida por “política dos governadores” foram, basicamente, a Comissão de Verificação ou Comissão Verificadora e o Coronelismo. As eleições na República Velha não eram, como hoje, garantidas por uma justiça eleitoral. A aceitação dos resultados de um pleito era feita pelo poder Legislativo, através da Comissão de Verificação. Essa comissão, formada por deputados, é que oficializava os resultados das eleições. **O presidente da República podia, portanto, através do controle que tinha sobre a Comissão de Verificação, legalizar qualquer resultado favorável aos seus interesses, mesmo no caso de fraudes.** O coronelismo: o título de “coronel”, recebido ou comprado, era uma patente da Guarda Nacional, criada ainda no Império. Geralmente, o termo era utilizado para designar os fazendeiros ou comerciantes mais ricos.

O seu poder residia no controle que exerciam sobre os eleitores. **Todos eles tinham o seu “curral” eleitoral, isto é, eleitores cativos que votavam sempre nos candidatos por eles indicados, em geral através de troca de favores fundados na relação de confiança.** Assim, os votos despejados nos candidatos dos coronéis ficaram conhecidos como “votos de cabresto”. Porém, quando a vontade dos coronéis não era atendida, eles a impunham com seus bandos armados – os jagunços –, que garantiam a eleição de seus candidatos pela violência. A importância do coronel media-se, portanto, por sua capacidade de controlar o maior número de votos, dando-lhe prestígio fora de seu domínio local. Dessa forma, ele conseguia obter favores dos governantes estaduais ou federais, o que, por sua vez, lhe dava condições para preservar o seu domínio.

CAPÍTULO 7 – O BRASIL NOS ANOS DE 1920

O movimento tenentista

O Movimento Tenentista, como o próprio nome diz, ocorreu entre o baixo e médio oficialato militar. Representou o descontentamento destes grupos com a postura do governo federal. Este deve ser entendido, também, como um movimento

circunscrito a setores de classe média das cidades. **Os tenentistas buscavam alterar a estrutura política da República oligárquica por meio da força militar, e não da participação democrática da sociedade.** Criticava duramente a corrupção, as fraudes eleitorais, a subserviência ao capital internacional e os baixos soldos a que estavam submetidos. **Propunha o fim da República oligárquica, a valorização das Forças Armadas e uma ação nacionalista de recuperação da economia e da sociedade brasileira.**

Em 1922, no período pré-eleitoral, as tensões políticas se avolumaram. A “troca de gentilezas” entre os dois candidatos provocou a primeira revolta: a Revolta do Forte de Copacabana. Essas eleições se sucederam num clima bastante ruim politicamente. Um bloco oligárquico formado pelas elites dos estados do Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e apoiado pelos militares tentou romper com a política do café com leite lançando a candidatura do ex-presidente Nilo Peçanha. Com a publicação de uma carta falsamente atribuída ao candidato governista Artur Bernardes no jornal “O Correio da Manhã” agredindo violentamente os militares e a posterior vitória do café com leite nas urnas (com visíveis fraudes eleitorais), precipitaram a revolta. Apesar de rapidamente sufocada, a violência utilizada, que culminou na morte de dezoito oficiais do Exército, “os dezoito do Forte de Copacabana”, foi suficiente para produzir mártires, heróis e, principalmente, difundir os ideais tenentistas por muitos quartéis brasileiros.

Revolta Tenentista

Em 1924, as contradições políticas entre tenentistas e governo chegaram ao limite. A revolta paulista e a revolta rio-grandense são os maiores exemplos. Delas surgiu a Coluna Prestes (1925-1927), que, por dois anos, manteve pelo interior de nosso país uma guerrilha armada comandada pelo capitão do exército Luís Carlos Prestes, que exigia, entre outras coisas, o fim da República oligárquica. **Apesar de o movimento tenentista ter envolvido apenas uma fração dos militares nas revoltas, suas reivindicações eram bem vistas pelo conjunto das Forças Armadas.** Com o passar do tempo, os ideais tenentistas se tornaram hegemônicos. Os governantes oligárquicos cada vez menos tinham controle sobre as Forças Armadas, culminando, em 1930, no apoio quase unânime dos militares ao golpe que derrubou definitivamente o café com leite do poder: **A Revolução de 1930.**

CAPÍTULO 8 – A ERA VARGAS (1930-1945)

O governo provisório (1930-1934)

República Nova: Getúlio Vargas assumiu, em 3 de outubro de 1930, a chefia do governo provisório pós-revolucionário e governou o Brasil pelos 15 anos seguintes, a maior parte do tempo sem o Congresso. Às 3 horas da tarde de 3 de novembro de 1930, a junta militar passou o poder, no Palácio do Catete, a Getúlio Vargas, encerrando a chamada República Velha. Getúlio tornou-se Chefe do Governo Provisório com amplos poderes. **A Constituição de 1891 foi revogada e Getúlio governava por decretos. Getúlio nomeou interventores para todos os Governos Estaduais,** com exceção de Minas Gerais. Esses interventores eram, na maioria, tenentes que participaram da Revolução de 1930. A vitória de Vargas e da Revolução de 30 significava um rearranjo de forças políticas no Brasil. Várias forças haviam participado do movimento, como militares, oligarquias dissidentes, membros da classe média e até mesmo membros de parte da oligarquia cafeeira (mineiros que perderam a vez na sucessão presidencial). Vargas surge fortalecido com o papel de mediador político e árbitro entre disputa de interesses destes vários grupos.

No início de seu governo, com a centralização do poder, Vargas iniciou a luta contra o regionalismo. A administração do país tinha que ser única e não ser dividida pelos proprietários rurais, como ocorria na República Velha. Muitas medidas que tomou no plano econômico financeiro não resultaram de novas circunstâncias, mas das circunstâncias impostas pela crise mundial. O Governo Provisório mostrou-se preocupado com a crise do café,

pois este continuava sendo o produto responsável pela maior parte de nossas divisas. Acelerou-se o processo de urbanização e a burguesia começa a participar, cada vez mais, da vida política.

Com o progresso da industrialização, a classe operária cresceu muito. Vargas, com uma política de governo dirigida aos trabalhadores urbanos, tentou atrair o apoio dessa classe, que era fundamental para a economia, pois tinha em mãos o novo motor do Brasil: a indústria.

O governo constitucional (1934-1937)

Inspirada na constituição alemã de Weimar, preserva o liberalismo e o presidencialismo e mantém a independência dos três poderes, além de fixar, em caráter excepcional, a eleição do primeiro presidente por voto indireto da Assembleia. Getúlio Vargas foi confirmado na presidência, derrotando seu opositor, Borges de Medeiros. O Poder Executivo passava a ter direito de realizar intervenções nas áreas políticas e econômicas, assim como os ministérios deveriam adotar uma assessoria técnica. **O voto secreto e também o feminino foi uma das conquistas formalizada nessa Constituição, bem como a instituição do mandado de segurança, importante instrumento jurídico de garantia dos direitos do cidadão perante o Estado.** Outra novidade inserida na nova Constituição foi a eleição, como parlamentares, de representantes dos sindicatos, dos empresários e dos empregados. Mas a grande diferença foi a **incorporação de uma legislação específica referente aos trabalhadores.**

Em 1930 já havia sido criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Em 1934, o texto constitucional proibiu diferenças salariais por discriminação de sexo, idade, nacionalidade e estado civil, ficando estabelecidos, também, os salários mínimos regionais, a jornada de trabalho de 8 horas, o descanso semanal, as férias anuais e remuneradas, a regulamentação das profissões, a proibição do trabalho para menores de 14 anos e a proibição do trabalho noturno a menores de 16 anos. A elite dominante, concedendo algumas das reivindicações, procurava frear a organização do proletariado com uma ideologia própria. A legislação, por seu lado, buscava submeter os trabalhadores à direção direta e tutela do Estado, como aconteceram, por exemplo, com a vinculação direta dos sindicatos ao Ministério do Trabalho. Essa Constituição apresentava grandes avanços, sociais e políticos, ao mesmo tempo em que não questionava pontos essenciais da sociedade brasileira, como a estrutura agrária e a distribuição de renda.

O anticomunismo foi a fórmula encontrada pela alta burguesia de grande número de países europeus para superar a crise econômica da época, passando a ser perseguidos comunistas, socialistas e liberais. A onda nazifascista chegou ao Brasil em 1932, com a formação da Ação Integralista Brasileira, movimento de extrema direita (Estado ditatorial, ultranacionalista e anticomunista) liderado por Plínio Salgado. Sob o lema “Deus, pátria e família”, seu objetivo era um estado corporativo e antidemocrático. Da **Ação Integralista** faziam parte bandos armados, denominados camisas verdes, que promoviam pancadarias e perseguições aos cidadãos acusados de comunistas. No Brasil, a propagação do integralismo, o agravamento das condições de vida dos assalariados e o autoritarismo governamental provocaram a união de vários setores. Em março de 1935, a ala reformista e esquerdista dos tenentes, camadas liberais, socialistas, comunistas e líderes sindicais de diversas tendências progressistas criaram uma frente popular chamada **Aliança Nacional Libertadora.** Luís Carlos Prestes, líder do grupo que aderiu ao Partido Comunista Brasileiro, foi eleito seu presidente de honra. Era o primeiro movimento de massa nacional com intenções democráticas, anti-imperialistas e reformistas que congregava várias oposições a Vargas.

Estado-Novo (1937-1945)

A partir de 1937, o Brasil vive o Estado Novo, um regime autoritário com características do fascismo europeu. A censura aos órgãos de imprensa e a propaganda política são alguns dos instrumentos que o Estado Novo usa para cultivar a imagem de seu líder, o presidente Getúlio Vargas. A conspiração continuísta de Getúlio e Góes Monteiro foi instaurada a parecer justificável. Forjou-se uma situação de pânico (medo) entre os setores dominantes para que estes visassem no golpe um movimento de “salvação nacional”. Algum tempo depois, descobriu-se que o Plano Cohen, forjado por um militar, Olímpio Mourão Filho, era apenas uma estratégia de treinamento de militares que astutamente fora utilizado para gerar um clima necessário para o golpe. Entrava-se, assim, na fase do Estado Novo, também denominado Nova Ordem ou Estado Nacional, nomes que pretendiam mascarar seu caráter antidemocrático.

A organização do Estado Novo

Em 1937, após um golpe continuativo, Getúlio Vargas suprimiu a Constituição de 1934 e outorgou uma Carta Constitucional com características fascistas. A partir daí, patrocinaria com habilidade diversos acordos entre as classes dominantes e manejaria a política econômica de forma a não prejudicar a maior parte dos setores dominantes. O Estado Novo tinha características que o aproximavam ideologicamente das ditaduras europeias de Mussolini e Hitler:

- poder pessoal, autoritário e arbitrário do governante;
- a organização de um Estado Totalitário;
- impossibilidade de atuação política do povo fora dos parâmetros estabelecidos pelo próprio Estado;
- propaganda, censura e repressão empregadas como meio de controle político;
- sentimentos e ideias nacionalistas exageradas.

O dia 10 de novembro de 1937 começou como qualquer outro para os brasileiros, só que mudanças ocorreram de tal maneira que o país já não era mais o mesmo: Vargas continuaria no poder, com força total. As eleições estavam suspensas, a democracia afastada, e uma nova Constituição em vigor no país. A CONSTITUIÇÃO DE 1937: na mesma manhã de 10 de novembro de 1937, era apresentada ao País uma nova Constituição, procurando legitimar a ditadura getulista. Elaborada por Francisco Campos, o ideólogo do Estado Novo, essa Carta inspirava-se na Constituição autoritária polonesa; daí a denominação de “Polaca”, embora incorporasse elementos da Constituição da Itália fascista e da Carta Del Lavoro de Mussolini.

De acordo com ela, o presidente detinha plenos poderes, inclusive o de legislar por decreto-lei; as greves eram proibidas e a palavra escrita ou oral era passível de censura; os recursos minerais, as fontes de energia e as indústrias de base eram nacionalizados. **Instituiu-se a pena de morte, a critério do presidente e nos casos de ameaça à ordem política; dissolveu-se todos os partidos políticos; acabou-se com a liberdade de imprensa, instituindo a censura prévia, com a criação do DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda –, que só deixava notificar os fatos favoráveis ao governo e aprovados pelos censores.**

Trabalhismo e populismo

Durante o período getulista, o desenvolvimento urbano de São Paulo e Rio de Janeiro atraiu para essas cidades grande número de trabalhadores rurais que imigravam, principalmente, do Nordeste, fugindo da miséria, da exploração e das secas; tal situação acabou gerando grande quantidade de mão de obra disponível nas cidades. Com o progresso da indústria, cresceu o número de operários. Ao mesmo tempo, ampliou-se, também, a consciência dos trabalhadores de que era preciso lutar pelos seus direitos. Diante de tal fato, Getúlio elaborou uma política trabalhista com dupla função: conquistar simpatia e, conseqüentemente, apoio; exercer o domínio sobre eles, controlando seus sindicatos; dessa forma, as inúmeras leis

trabalhistas asseguravam aos operários seus direitos básicos, tais como: • **salário mínimo**; • **férias remuneradas**; • **jornada diária não superior a oito horas**; • **proteção ao trabalho da mulher e do menor**; • **estabilidade de emprego**.

Em 1943, estas leis foram reunidas e codificadas na chamada Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), que marcou a história da legislação trabalhista e as relações entre trabalhadores e patrões no Brasil. Apoiando-se nas leis trabalhistas, Getúlio usava a propaganda para apresentar seu governo como “grande protetor” dos trabalhadores, utilizando-se do estilo populista, marca registrada de seu governo: o pai dos pobres... (e a mãe dos ricos). Pregava a conciliação nacional entre trabalhadores e empresários. Colocava o governo como Juiz supremo dos conflitos entre patrões e empregados, usando, para tal, o Ministério do Trabalho. De um lado, o populismo de Getúlio Vargas reconhecia as necessidades e os desejos dos trabalhadores e, por outro lado, fazia concessões como meio de controlar os trabalhadores e impedir revoltas mais profundas, que pudessem ameaçar a estabilidade do governo. Por tudo isso, o governo Vargas representou para a classe empresarial brasileira uma garantia da manutenção da ordem pública e de estabilidade social.

A ditadura getulista sustentou-se em agências criadas pelo próprio Estado e na prática do controle das pressões sociais por meio dos sindicatos. Com relação aos órgãos oficiais, destacavam-se o DASP e o DIP. O primeiro, Departamento Administrativo do Serviço Público, assegurava o controle da máquina burocrática do Estado, supervisionando, entre outras atribuições, a ação dos interventores nos Estados, além de funcionar como um grande cabide de empregos. **O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado em 1939, exercia o controle ideológico da Nação por meio da censura total aos meios de comunicação, da publicidade do governo e do controle sobre a opinião pública. Entre as ações do DIP, pode-se mencionar o confisco temporário do jornal O Estado de S. Paulo, com a prisão e o exílio de dois de seus diretores; a difusão da “boa imagem” do governante como um verdadeiro culto à personalidade, por meio de fotos, passeatas, concentrações ou outros eventos; por fim, a criação da Hora do Brasil, programa radiofônico de emissão obrigatória por todas as estações de rádio do País. A propaganda política do DIP investe no culto à figura do líder. As crianças são um dos alvos desta propaganda. As cartilhas escolares divulgam uma imagem de Getúlio Vargas como um “Pai” para o Brasil.** Por outro lado, a política trabalhista de Vargas, de caráter nitidamente populista, suprimiu a luta entre capital e trabalho por meio da organização corporativa dos sindicatos. O ponto culminante do populismo getulista, voltado para o operariado urbano, deu-se com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), concedida em 1943.

QUESTÕES DE FIXAÇÃO

1. Sobre a política/crise do encilhamento, descreva o que se pede.
 - a) Contexto
 - b) Causas/Objetivos
 - c) Conseqüências
2. Explique o funcionamento da Política dos Governadores.
3. Explique o que foi o Tenentismo e descreva seus objetivos políticos e sociais.
4. Cite e descreva as principais ações de Getúlio Vargas, no governo provisório, que pretendiam limitar a presença da oligarquia paulista no poder executivo federal.

5. Caracterize as Constituições de 1891 e 1934 em relação ao voto.

6. Explique de que maneira Vargas conquistou o apoio dos trabalhadores, mesmo agindo de maneira autoritária e centralizadora.

7. Caracterize os grupos políticos antagônicos do período constitucional.

8. Identifique o argumento utilizado por Getúlio Vargas para implantar o Estado Novo.

9. Descreva as principais características do Estado Novo.

10. Identifique os instrumentos do Estado, utilizados por Vargas, para garantir a boa imagem do Estado Novo.

4. Demissão dos governadores, nomeação de interventores, anulação da Constituição de 1891, supressão do poder legislativo.

5. 1891: Voto aberto, voto de cabresto, maiores de 21 anos, excetuavam-se os analfabetos, militares de baixa patente e religiosos ligados a alguma irmandade.

1934: Voto secreto, direto, periódico, obrigatório, feminino, maiores de 18 anos.

6. Promovendo a aprovando o nacionalismo econômico e a legislação trabalhista.

7. A AIB (Aliança Integralista Brasileira) eram nacionalistas, pensavam que a democracia não seria um regime eficaz, apoiavam a ditadura, mas quando o Estado Novo se deu este partido se dissolveu

A ANL (Aliança Nacional Libertadora) formou-se por setores descontentes, predominavam os comunistas, apoiavam a reforma agrária e condenavam o totalitarismo

8. Livrar o país da “ameaça comunista”.

9. Permanência no poder por meio de um golpe de Estado, anulação das eleições, suspensão constitucional, outorga de uma nova constituição, fase ditatorial.

10. Com o objetivo de aperfeiçoar e ampliar as atividades do Departamento Nacional de Propaganda, Vargas criou, em dezembro de 1939, o Departamento de Imprensa e Propaganda, extinguindo, através do mesmo decreto, o DNP. A partir da criação do DIP, todos os serviços de propaganda e publicidade dos ministérios, departamentos e estabelecimentos da administração pública federal e entidades autárquicas passaram a ser executados com exclusividade pelo órgão, que também organizava e dirigia as homenagens a Vargas, constituindo o grande instrumento de promoção pessoal do chefe do governo, de sua família e das autoridades em geral. O DIP tornou-se o órgão coercitivo máximo da liberdade de pensamento e expressão durante o Estado Novo e o porta-voz autorizado do regime.

GABARITO

1. Essa política, conduzida pelo Ministro da Fazenda Rui Barbosa, tinha por objetivo o incentivo à industrialização e se baseou na liberação de créditos bancários garantida pelas emissões de moeda destinadas ao financiamento de projetos industriais. O fracasso do projeto governamental deveu-se ao boicote promovido por especuladores ligados aos latifundiários, importadores e investidores estrangeiros que, por meio de empresas-fantasma inundaram o mercado financeiro com ações sem lastro de capital. As consequências como inflação dos preços, falências e a desconfiança nas instituições financeiras se arrastaram por anos configurando a crise do Encilhamento.

2. A Política dos Governadores foi um acordo político firmado durante o período da República Velha (1889-1930), com o intuito de unir os interesses dos políticos locais marcado pelas oligarquias estaduais da época juntamente ao governo federal, a fim de garantir o controle do poder político.

Durante o governo do paulista Campos Sales (1898-1902) o poder federal uniu-se às oligarquias estaduais concentrada nas mãos dos latifundiários, a fim de estabelecer uma relação amistosa entre as partes. Dessa forma, a troca de favores era clara: o governo federal concedia poder e liberdade política e ainda benefícios econômicos para as oligarquias estaduais, que em troca, favoreciam a escolha dos candidatos por meio do voto aberto, comandadas e manipulada pelos coronéis, os quais representavam a força local.

3. O tenentismo foi um movimento social de caráter político-militar que ocorreu no Brasil nas décadas de 1920 e 1930, período conhecido como República das Oligarquias. Contou, principalmente, com a participação de jovens tenentes do exército. Este movimento contestava a ação política e social dos governos representantes das oligarquias cafeeiras (coronelismo). Embora tivessem uma posição conservadora e autoritária, os tenentes defendiam reformas políticas e sociais. Queriam a moralidade política no país e combatiam a corrupção. O movimento tenentista defendia as seguintes mudanças: Fim do voto de cabresto (sistema de votação baseado em violência e fraudes que só beneficiava os coronéis); Reforma no sistema educacional público do país; Mudança no sistema de voto aberto para secreto.